



CERTIDÃO DE REGISTRO DE Ocorrência
Nº 027765.01.2020.0.00.704

A Delegacia Online CERTIFICA a requerimento escrito, via Internet, de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial nº 027765.01.2020.0.00.704 analisado pelo policial civil Bettowen Carvalho de Oliveira, matrícula 1560000 cujo teor passo a transcrever na íntegra: às 17:32 min do dia 01/06/2020, na Delegacia Online, **RUBENS CARDOSO DA SILVA**, nacionalidade Brasileiro(a), profissão SERVIÇOS GERAIS, natural de João Pessoa, nascido(a) em 19/04/1980, idade 40, estado civil Divorciado (a), de cor Branca, filho (a) de ROSA CLEIDE CARDOSO DA SILVA e JOÃO PEREIRA DA SILVA, CPF 034.027.994-05, residente e domiciliado(a) no(a) Rua dos Enfermeiras, nº 397, complemento CASA, bairro Indústrias, na cidade de João Pessoa/PB. CEP: 58083080, telefone(s) 83 98805-6654, registrou o seguinte:

Dados do(s) Fato(s):

Data/Hora do fato: 15/02/2020 17:28h; Tipificação: **Boletim Emergencial**; Tipo do Local: Via Aberta; Local do Fato: VIADUTO DA BR-230, OITIZEIRO, João Pessoa/PB.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que na data, local e hora já mencionada, foi vítima de um acidente de trânsito, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA, modelo CG150 START, de cor PRETA, ano 2015, de placa OEU-1242/PB, Chassi: 9C2KC1670FR503698, cadastrada em nome de LUANA FERREIRA SILVA, quando pegava a alça do viaduto de oitizeiro na BR-230 perdeu o controle da motocicleta ao derrapar em um acumulado de areia presente no local vindo a cair e machucar-se gravemente, e devido ao fato foi socorrido para o hospital de emergência e trauma Senador Humberto Lucena, onde passou por procedimento cirúrgico.

Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Rubens Cardoso da Silva
RUBENS CARDOSO DA SILVA

2BEFC4FEA06F69BB56593B4057FB7F28
Código de Controle

ATENÇÃO: Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle. www.delegaciaonline.pb.gov.br. Tel. (83) 3612-8612, 98828-8306 (8h-18). E-mail: delegaciaonline@seds.pb.gov.br.



Nº 027765.01.2020.0.00.704 1/1

Digitalizada com CamScanner



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

Rubens Cardoso da Silva, Brasileiro, Desempregado, Inscrito
no RG 2233273, CPF. 039.027.799-05, Residente e domiciliado
na Rua dos Engenheiros, 397, Indaial, João Pessoa/PB.

OUTORGADOS: MEDEIROS ASSESSORIA, Fábio Marcaja de Almeida Carneiro brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 22.725, com endereço profissional sito na Rua. José Florentino Junior, 136, sala 02, Tambauzinho, João Pessoa/PB.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula "**ad iudicia et extra**", para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber laudos e prontuários médico, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015. Requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, o pagamento do sinistro, assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT.

João Pessoa - PB, de de .

Rubens Cardoso da Silva
OUTORGANTE





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Rubens Cardoso da Silva
DATA DE NASCIMENTO 19/04/80
NOME DA MÃE Rosa Cleide Cardoso da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 121144
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1223274
DATA DO ATENDIMENTO 15/02/20
HORA DO ATENDIMENTO 17:28
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de acetábulo E.
CID 10 S32.4

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, trazido pelo SAMU, vítima de queda de moto, apresentando escoriações em mão e perna esquerda, dor em coxa esquerda, dor em quadril Eglassgow 15. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX bacia, quadril E, coxa E, perna e joelho E.

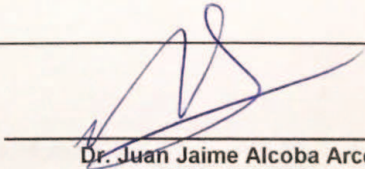
RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de acetábulo E.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo esquerdo.

ALTA HOSPITALAR: 10/03/2020
DATA DA EMISSÃO: 25/05/2020


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

Digitalizada com CamScanner

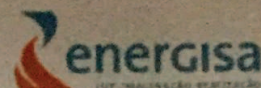


BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/coma de energia elétrica. Nº 044.855.296



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARIA JESSICA CARDOSO DA SILVA
RUA DOS ENFERMEIROS 397
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/468324-9

REFERÊNCIA

MAI/2020

APRESENTAÇÃO

26/05/2020

CONSUMO

195

VENCIMENTO

02/06/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 50,04

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03150.244006 09803.047175 5 82740000005004

Pagador: MARIA JESSICA CARDOSO DA SILVA CNPJ/CPF: 700.307.524-50

RUA DOS ENFERMEIROS 397 - DAS INDUSTRIAS - JOAO PESSOA / PB - CEP 00000-000

Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440009803047	000468324202005	02/06/2020	R\$ 50,04	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680

09.095.183/0001-40

Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3



Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - 21/06/2020 01:43:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062101435418300000030428027>
Número do documento: 20062101435418300000030428027

Num. 31734903 - Pág. 2

RELATÓRIO DE CIRURGIA

HEETSHL

NOME: RUBENS CARDOSO DA SILVA BE/PRONTUÁRIO 1223274
IDADE: 39 SEXO: MAS COR: M03 DATA: 4/3/2020
CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA
CIRURGIA: TTO CIRURGICO DE FRATURA DE PAREDE POSTERIOR DE ACETABULO ESQ
CIRURGIÃO: DR HUMBERTO JANSEN 1º ASS: FCO. KARTNEY
2º ASS: MR2 JANSEN 3º ASS: MR3 VALDEBAN
INSTRUMENTADOR: _____ ANESTESISTA: _____
TIPO DE ANESTESIA: RAQUE HORÁRIO INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO	CID
<u>FRATURA DE PAREDE POSTERIOR DE ACETABULO ESQ</u>	

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CÓDIGO
<u>TTO CIRURGICO DE FRATURA DE PAREDE POSTERIOR DE ACETABULO ESQ.</u>	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO:

DESCRIÇÃO:

BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: _____ DATA: 4/3/2020

Digitalizada com CamScanner



RELATÓRIO DE CIRURGIA

HEETSHL

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

PACIENTE EM DECUBITO VENTRAL SOB ANESTESIA**ASSEPSIA E ANTISSEPSIA****APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS****ANTIBIOTICOPROFILAXIA**

Incisão:

POSTERIOR DE QUADRIL ESQ**AVULSAO E DIVULSAO POR PLANOS**

Achados:

FRATURA DE PAREDE POSTERIOR DO ACETABULO ESQ

Conduta:

IRRIGAÇÃO COM SF0,9% + VISUALIZAÇÃO DE FRATURA EM COLUNA POSTERIOR**FIXAÇÃO COM PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE 12 FUROS + 8 PARAFUSOS CORTICAIS****PROCEDIMENTO GUIADO POR ESCOPIA****IRRIGAÇÃO COM SF0,9%****REVISÃO DE HEMOSTASIA**

Fechamento:

SUTURA POR PLANOS**CURATIVOS ESTÉREIS****PX DE CONTROLE**

Observação:

Médico/CRM:

João Pessoa,

4/3/2020

Digitalizada com CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RUBENS CARDOSO DA SILVA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2233273 SSP PB

CPF DATA NASCIMENTO
034.027.994-05 19/04/1980

FILIAÇÃO
JOAO PEREIRA DA SILVA
ROSA CLEIDE CARDOSO DA SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
NB

Nº REGISTRO
02610530277

VALIDADE
15/01/2023

1ª HABILITAÇÃO
18/11/2002

OBSERVAÇÕES

EAR;

Rubens Cardoso da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
18/01/2018

Avalek

07981694556
PB036053295

ASSINATURA DO EMISSOR

PARAÍBA

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1631862082

1631862082



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

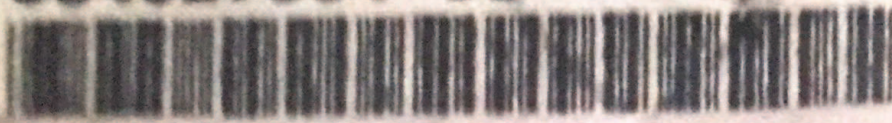
RUBENS CARDOSO DA SILVA

Nº de Inscrição

034027994-05

Data do Nascimento

19/04/80



Digitalizada com CamScanner



SINISTRO 3200200073 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** RUBENS CARDOSO DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO RUBENS CARDOSO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 03402799405**Posição em 21-06-2020 00:42:29**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
12/06/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0803470-22.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: RUBENS CARDOSO DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

DESPACHO



Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária, entretanto, na inicial, no entanto, não se tem maiores dados sobre sua situação financeira, mormente aponta no ID31734903 a juntada de laudo médico e de comprovante de renda, somente tendo juntado o laudo.

Por outro lado, o instrumento procuratório de ID 31734902 encontra-se sem data.

Assim, determino a intimação da parte autora para, em 15 (quinze) dias, juntar comprovante de hipossuficiência, bem como instrumento procuratório datado.

Após, venham-me conclusos.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA.

Processo nº: 0803470-22.2020.8.15.2003.

RUBENS CARDOSO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscrive, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., requerer a JUNTADA DOS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA (*CARTEIRA DE TRABALHO e EXTRATOS BANCÁRIOS*) em anexo.

Ademais, requer demonstrada a declaração de hipossuficiência da parte autora através do documento acima mencionado, tendo como seu último exercício profissional de carteira de assinada, o de operador grua, recebendo o valor de R\$ 1200,00 (mil e duzentos reais) por mês no ano de 2015. Vale destacar ainda, que atualmente a parte autora trabalha fazendo “bico” sem carteira assinada, encontrando-se desempregado, se enquadrando como pobre perante a lei, sendo demonstrado comprovação de hipossuficiência para pagamento de custas no processo, conforme exigência por parte deste Juízo.

De outra banda, não foi possível juntar mais documentos, dada a realidade mundial de risco iminente de contágio pelo aludido vírus COVID-19, altamente contagioso e de potencial letalidade, a qual a **Organização Mundial de Saúde – OMS** recomenda, veementemente, o isolamento social como fator preponderante de combate à propagação do vírus.

Outrossim, foi requerido por este Juízo que a procuração seja datada, Ademais, requer a juntada de documento (procuração).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa-PB, 21 de julho de 2020.

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO

OAB/PB 22.725





Digitalizada com CamScanner



CONTRATO DE TRABALHO	
EMPRESA	MRV CONSTRUÇÕES LTDA 19.992.962/0001-00 Avenida Amazonas 491 Centro - BELO HORIZONTE / MG
ESP. ESTAB.	CONSTRUÇÃO CIVIL
CARGO	OPERADOR GRUA
CBO	374210
DATA ADMISSÃO	24.07.2015
FICHA REGISTRO	
SALÁRIO: R\$	1.200,00 UM MIL E DUZENTOS REAIS
DATA ADMISSÃO	24 DE JULHO DE 2015
REGISTRO	
RECONHECIMENTO	
EMPRESA	MRV CONSTRUÇÕES LTDA
Assinatura	Maria Catiane Sousa da Silva Assistente de Pessoal
EMPRESA	MRV CONSTRUÇÕES LTDA
Assinatura	Maria Catiane Sousa da Silva Assistente Administrativo CPF 191.039.514-90
EMPRESA	
Assinatura	
VER PAG.	24

Digitalizada com CamScanner





AUTOATENDIMENTO - CRUZ DAS ARMAS
DATA: 17/07/2020 HORA: 15:23:24
TERMINAL: 10331755 CONTROLE: 103317550351

AGÊNCIA: 0735 - PRAIA DE TAMBAU
CONTA: 013.00010243-0
CLIENTE: RUBENS CARDOSO DA SILVA

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO			
DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
		SALDO ANTERIOR	1,59C
		Junho	
12/06	000001	CRED TED	1.687,50C
12/06	121359	SAQUE ATM	1.180,00D
12/06	121357	ENVIO TEV	500,00D
13/06	000000	REM BASICA	0,00C
RESUMO EM 30/06			
SALDO			9,09C

Digitalizada com CamScanner



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AUTOATENDIMENTO - CRUZ DAS ARMAS

DATA: 17/07/2020

HORA: 15:24:28

TERMINAL: 10331755

CONTROLE: 103317550354

AGÊNCIA: 0735 - PRAIA DE TAMBAU

CONTA: 013.00010243-0

CLIENTE: RUBENS CARDOSO DA SILVA

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
MESES ANTERIORES

Abril

13/04 000000 REM BASICA

0,00C

Digitalizada com CamScanner





AUTOATENDIMENTO - CRUZ DAS ARMAS
DATA: 17/07/2020 HORA: 15:22:23
TERMINAL: 10331755 CONTROLE: 103317550348

AGÊNCIA: 0735 - PRAIA DE TAMBAU
CONTA: 013.00010243-0
CLIENTE: RUBENS CARDOSO DA SILVA

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO			
DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
		SALDO ANTERIOR	1,59C
		Maio	
13/05	000000	REM BASICA	0,00C
RESUMO EM 31/05			
SALDO			1,59C

Digitalizada com CamScanner





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

Rubens Anderson da Silva, Brasileiro, Divorciado, Insoluto
em RG 3233273, CPF 026 037 449-05, residente e domiciliado
na Rua da Condição, 347, Fátima, João Pessoa/PB

OUTORGADOS: MEDEIROS ASSESSORIA, Fábio Maroja de Almeida Carneiro brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 22.725, com endereço profissional sito na Rua, José Florentino Junior, 136, sala 02, Tambauzinho, João Pessoa/PB.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes inerentes da cláusula "ad iudicia et extra" para a foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber laudos e prontuários médico, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, requerer junto a qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015. Requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, o pagamento do sinistro, assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT.

João Pessoa - PB, 05 de Maio de 2020.

Rubens Anderson da Silva
OUTORGANTE

Digitalizada com CamScanner



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0803470-22.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: RUBENS CARDOSO DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu o benefício da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor afirma estar desempregado, ganhando a vida fazendo "bicos", tendo declarado não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais constante no sistema é de R\$ 1.212,79 (um mil, duzentos e doze reais e setenta e nove centavos).



Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade, embora de natureza relativa, e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário.

Assim, considerando os elementos constantes nos autos, bem como a natureza da demanda, **DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA** à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, desde que a parte concordasse em a ela submeter-se, designada para a mesma data, com a apresentação do laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, em alguns casos, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

